

FASCISMO À BRASILEIRA E TOTALITARISMO NEOLIBERAL¹

Marilena de Souza Chauí²

Resumo

A ideologia integralista, disseminada no Brasil a partir de Plínio Salgado e Miguel Reale, foi aparentemente derrotada como projeto político pelo Estado Novo e a ditadura de Vargas. No entanto, com diversas atualizações, permaneceu na sociedade brasileira como ideologia da classe média urbana, nacionalista, patriótica, cristã-conservadora, defensora do Estado forte, da família e do anticomunismo. Consideramos que tal permanência é sustentada pela estrutura violenta e autoritária da sociedade brasileira, na qual há um descompasso entre o privilégio de poucos e a ausência de direitos de muitos, e amplificada pela ascensão do neoliberalismo como forma econômica e social dominante. A união entre a sociabilidade neoliberal e tal estrutura de violência legitimária, para tais classes sociais, soluções autoritárias como as propostas pelo bolsonarismo enquanto prática política.

Palavras-chave: Integralismo; neoliberalismo; bolsonarismo; totalitarismo; sociedade.

- 1 A autora informa que este texto utiliza alguns elementos de uma entrevista dada por ela ao Observatório Político, publicada no dia 26/04/2022, acrescido de trechos novos para uma aula/conferência ministrada na disciplina Tópicos de Filosofia Política I, do PGFILOS/UFPR, no primeiro semestre de 2022. O conteúdo da aula direcionada a@s discentes de pós-graduação foi disponibilizado para publicação como artigo a pedido da autora.
- 2 Professora Emérita da FFLCH/USP nas áreas de Filosofia Moderna, Filosofia Política e Estética. Doutora *honoris causa* pela UnB, pela UFS, pela Universidade de Córdoba e pela Universidade Paris VIII, entre outras. Autora de mais de 30 livros, dentre os quais *A Nervura do Real*, *Convite à Filosofia* e *O que é Ideologia*. E-mail: mchaui@usp.br

BRAZILIAN-STYLE FASCISM AND NEOLIBERAL TOTALITARIANISM

Abstract

The Integralist ideology, disseminated in Brazil by Plínio Salgado and Miguel Reale, was apparently defeated as a political project by the rise of Estado Novo and Vargas dictatorship. However, with several updates, this ideology remained in the Brazilian society rooted in the urban middle classes (characterized as nationalist, patriotic, conservative Christian, defender of the strong State, the family, and profoundly anti-communist). We consider that such permanence is sustained by the violent and authoritarian structure of Brazilian society, in which there is a mismatch between the privilege of the few and the absence of rights of the many, and amplified by the rise of neoliberalism as the dominant economic and social form. The amalgam between neoliberal sociability and this structure of violence would legitimize, for Brazilian middle classes, authoritarian solutions such as those proposed by Bolsonarianism as a political practice.

Keywords: Integralism; Neoliberalism; Bolsonarianism; Totalitarianism; Society

Em 1932, em nome da extrema direita brasileira, Plínio Salgado lança o *Manifesto Integralista*, criador da Ação Integralista Brasileira como partido político. A doutrina integralista, desenvolvida nos anos 20, se transforma em ação partidária de construção do Estado Forte, com centralização política e a defesa do Estado de tipo corporativo fascista fundado em três pilares: Deus, Pátria e Família. Salgado assume e defende um fascismo de tipo salazarista.

Seu espiritualismo, vindo do cristianismo conservador, torna problemática sua adesão à explicação científica da realidade brasileira, e seus textos oscilam entre a afirmação da necessidade de criar uma *consciência* nacional e o apelo ao *sentimento* nacional. Para conciliar pensamento e sentimento, coloca a consciência nacional do lado das elites pensantes, ou da classe média, definida por ele e por Miguel Reale como a classe da Ideia e do Pensamento, e coloca o sentimento nacional do lado da massa. Seu espiritualismo o leva a opor o Espírito e a Matéria. A matéria, porém, não é tratada do ponto de vista da base econômica material ou do modo de produção econômica e sim como fraqueza da carne e pecado. Por isso, na crítica ao capitalismo liberal, a oposição entre capital e trabalho, aparece como oposição entre o luxo pecaminoso dos ricos e a pobreza digna, mas também critica a aspiração dos trabalhadores ao luxo capitalista, que destrói a vida comunitária e familiar, pautada pela simplicidade. Na crítica ao marxismo, a materialidade nunca é tomada a partir das relações de produção, mas como matéria física e biológica, como evolucionismo naturalista e como ateísmo. A crítica à democracia liberal é considerada inadequada ao Brasil porque é ausência de disciplina e de ordem, presença de facções partidárias

que dissolvem a unidade e a organicidade social, e levam à luta das classes, estas entendidas não a partir das relações de produção, mas como categorias profissionais que deverão organizar-se em corporações, para alcançar a harmonia social controlada e regulada pelo Estado forte e centralizado, que instituirá a colaboração das classes.

O pensamento de Plínio Salgado se apresenta principalmente como doutrinário e pedagógico, razão pela qual ele escreverá em *O Integralismo perante a Nação* que o integralismo exerceu sua ação no Brasil sob três formas: “1) desenvolvendo intenso esforço cultural, através de cursos, conferências, centros de pesquisa e de estudos de problemas nacionais e humanos; 2) organizando-se no sentido da maior eficiência de um magistério moral e cívico de preparação da juventude e de um magistério social objetivando ampla assistência às classes populares; 3) instruindo o povo brasileiro acerca do que lhe convém saber de sua tradição, de suas realidades, de suas possibilidades, de seu futuro”.

Embora Plínio Salgado insista sempre em que a transformação da AIB em partido político foi algo transitório e não essencial, algo necessário para fazer frente ao PC, que teria sido o único partido nacional no Brasil, e para fazer frente às oligarquias regionais), não há dúvida de que sempre o concebeu como um partido doutrinário. Tanto assim que Miguel Reale escreveu:

O Integralismo é a doutrina que não crê em soluções fragmentárias para a questão social e prega a necessidade do Estado forte para garantir o equilíbrio entre as várias classes; que faz do Estado um realizador de fins morais e sustenta a necessidade de uma política voluntarista, capaz de acompanhar e dirigir a marcha rápida dos acontecimentos humanos; que faz do Estado a síntese das aspirações nacionais e o coordenador das atividades individuais; que combate o individualismo porque o homem só vale integralmente como membro de uma coletividade e como expressão de um grupo, mas se afasta do comunismo que aniquila o indivíduo, tornando-o um meio, um instrumento; que só compreende o internacionalismo como resultante dos valores específicos de cada povo, de cada Nação; que não admite a demagogia popular e a mentira do sufrágio universal; que não desconhece os imperativos da Tradição, mas não faz deles pontos de chegada e sim marcos de uma contínua evolução; que não se baseia na consideração exclusiva dos valores econômicos, mas em todos os valores espirituais do homem³.

Porém, não basta dizer o que o Integralismo não é e não quer, mas também é preciso dizer o que o Integralismo propõe. Escreve Plínio Salgado:

O Integralismo considera a autoridade como força unificadora que assegura a convergência e equilíbrio das vontades individuais e realiza o aproveitamento das energias da nação em

3 REALE, Miguel. “Súmula do Integralismo”, *Perspectivas Integralistas*, pp, 135-136

razão do bem coletivo. O Integralismo compreende o Estado como uma instituição essencialmente jurídico-política, detentora dos princípios da sabedoria para realizar a unidade integral da nação, coordenando e orientando numa diretriz única todos os grupos que a constituem e todas as forças vitais que a dinamizam. Na concepção integralista, o Estado reveste-se da suprema autoridade político-administrativa da nação controlando e orientando todo o seu dinamismo vital, subordinando-se, porém, aos imperativos da hierarquia natural das coisas, da harmonia social e do bem comum dos brasileiros. Fiscalização direta do Estado sobre o cinema, o teatro, a imprensa, o rádio e todos os veículos de pensamento que estão hoje atentando contra a liberdade, forçando o povo a submeter-se aos caprichos de capitalistas internacionais, de burgueses materialistas, de espíritos anárquicos e de agentes de Moscou; sanear a imprensa, elevando-a e libertando-a de interesses particulares que a oprimem. Uma vez formado o Estado Integral, este não poderá permitir que se formem quaisquer forças que possam ameaçar a independência ou a integridade moral, econômica ou territorial da nação”⁴.

Podemos acompanhar o ideário integralista a partir da oposição que estabeleceu entre dois Brasis, o Brasil sertanejo rude, bárbaro e aventureiro, guardião das tradições, e o Brasil litorâneo, burguês, importado, legal, formal, liberal de fachada e deletério. Essa oposição permite um jogo entre a defesa dos valores nacionais míticos e a crítica do liberalismo e do perigo comunista, jogo que, por seu turno, permite a afirmação dupla de que há e não há a nação: há a nação como tradição selvagem e como sentimento nacional, e não há a nação em decorrência da fragmentação liberal, de sorte que a passagem do sentimento nacional à realidade nacional se fará pela criação de uma consciência nacional que criará, pela ação pedagógica e política, o Estado Nacional. O Estado está, assim, encarregado, simultaneamente, de criar a nação e de exprimi-la. O fato de que o elemento de unidade seja o Sertão e o de desagregação seja o Litoral significa, passando da geografia à economia política, que a nação deverá ser essencialmente agrária, pois o agrarismo significa: 1) nosso destino (a extensão do território, a fertilidade do solo e a ausência das fontes de energia para a indústria); 2) nossa forma de afirmar a identidade nacional; 3) nossa preservação contra os riscos dissolventes da civilização industrial, a monstruosa Era da Máquina e da civilização capitalista; 4) nossa garantia espiritual contra o materialismo burguês e proletário. Plínio Salgado escreve, em 1931, que o país está passivo e inerte, está *efeminado*. Será preciso, diz ele, reencontrar a virilidade, o *princípio masculino da nação*. O masculino *fecunda*, e o feminino *gesta*. O agrarismo significa, por um lado, a maternidade inesgotável do solo, e por outro lado, a agricultura sob orientação e controle estatais. O Estado Forte é o princípio masculino ou viril para a terra. Em resumo, Plínio Salgado adota o ideal de virilidade fascista,

4 SALGADO, Plínio. “Diretrizes Integralistas”, in *O que é Integralismo*. p. 110

pois essa imagem da masculinidade e da virilidade do agrarismo é uma adaptação local do ideal de virilidade fascista.

Plínio Salgado insiste que um dos males da civilização contemporânea é a liberdade. A liberdade significa ausência de disciplina, de ordem, de respeito à hierarquia e à autoridade naturais e constituídas. Essa liberdade, originada com as abstrações do liberalismo, tem como consequência não só o enfraquecimento das instituições e dos costumes, a dissolução da família, mas também provoca a luta das classes, abandonadas à sua própria sorte por um Estado fraco. O Integralismo, evidentemente, não será contrário à liberdade, mas só poderá admiti-la sob o controle da autoridade e da disciplina. A recomposição das instituições (em particular da família) e dos costumes depende da educação moral e cívica e esta depende de que haja um Estado Forte capaz de promovê-la. A criação desse Estado regenerador será tarefa política do Integralismo, mas, para compreender o porquê de sua necessidade, é preciso compreender a realidade presente. Essa compreensão baseia-se na análise das duas concepções de vida existentes: a concepção materialista e a espiritualista em luta uma contra a outra. Quando prevalece a concepção materialista, desaparecem todos os valores morais e espirituais e prevalece apenas o amor pelo dinheiro e pela riqueza, que produz indisciplina, desordem e licenciosidade. Quando prevalece a concepção espiritualista, a religião estimula valores espirituais e morais de solidariedade entre os homens, fortalece a família e o sentimento pátrio, eliminando desordens e conflitos.

O liberalismo e o comunismo, mediados pelo anarquismo, constituem formas exemplares da concepção materialista da vida. O liberalismo suprime a religião e divorcia Estado e sociedade, de modo que anulando os cimentos orgânicos entre os homens cria a luta de classes, deixa o capital sem segurança e o trabalho desprotegido, forja a ficção dos partidos políticos e a mentira do sufrágio universal, instaura a selvageria nas relações entre os seres humanos e desemboca na anarquia. Por sua vez, o socialismo, por ser ateu, é tão materialista quanto o liberalismo e é a consequência direta do próprio liberalismo. Para corrigir o individualismo liberal, cai no coletivismo, onde o Estado substitui Deus, escravizando os homens aos seus interesses, que são puramente materiais, isto é, econômicos.

O caso do Brasil é lastimável porque aqui o liberalismo (primeiro sob a influência de Portugal, depois sob a influência da Inglaterra) sequer foi resultado de uma proposta social, econômica e política nacional, mas pura importação e pura imposição de modelos externos por parte do explorador e do colonizador. Liberal de fachada, cosmopolita, individualista e atéia, a burguesia jamais percebeu o Brasil como nação e o dividiu chamando essa divisão de federação. A associação dos proprietários com o capital inglês e depois com o americano resultou na competição desvairada entre eles, com o nome de partidos políticos e eleições. A única resposta possível dos trabalhadores foi importar também uma concepção materialista, a comunista e a anarquista, para lutar contra os burgueses. Diante disso, somente o Integralismo apresenta

uma proposta revolucionária, porque somente nele há uma concepção espiritualista da vida. Por isso, dizem Salgado e Reale, o Integralismo se baseia nas idéias trazidas pelo fascismo, as idéias de: 1) indivíduo integral (espiritual, moral, político e econômico); 2) sociabilidade natural e sagrada trazida pela família, de harmonia social trazida pela organização das classes sociais em corporações profissionais e das corporações em centros de colaboração entre as profissões; 3) de hierarquia natural e moral como fundamento da autoridade, de tal forma que o pai é a autoridade natural sobre a família, o Estado é a autoridade natural e moral sobre a sociedade e Deus é a autoridade necessária sobre tudo.

No caso de Plínio Salgado, o pensamento conservador de extrema direita se realiza pela passagem de uma suposta análise sócio-política para a avaliação religiosa e moral da realidade social e política e pelo papel conferido à tradição e ao Estado. Seu pensamento e sua pregação possuem um destinatário muito preciso: a classe média urbana, definida por ele e por Miguel Reale como a classe da Idéia ou do Pensamento. Plínio Salgado escreve:

O erro do marxismo foi sua concepção meramente formal das classes e a criação que ele mesmo fez de uma 'classe burguesa' e de uma 'classe proletária'. Nós integralistas, mais modernos do que os marxistas, não aceitamos o dualismo do Capital e do Trabalho.⁵

Por sua vez, escreve Miguel Reale:

Essa é a classe que faz a revolução porque é portadora da ideia. As outras camadas sociais, as superiores e as inferiores, recebem dela a seiva vivificadora, mas as últimas sobem de mãos dadas com ela. Quando os homens da classe média *perdem sua posição social e econômica*, dá-se uma revolução que pode ser tanto na linha do desespero bolchevista como no sentido orgânico do Integralismo.⁶

E Salgado:

O ódio de uns [capitalistas] e de outros [comunistas] contra o espírito elevado da classe média e as mentalidades cultas não tem limites [...] Não se trata, porém, de classe média e sim da inteligência e da cultura, da moralidade e do espírito que criam a dignidade humana, determinando que esta paire acima das lutas mesquinhas, consciente dos superiores destinos da criatura humana".⁷

Eis porque um dos slogans preferidos de Salgado foi: "a pátria do burguês é onde está seu dinheiro, a do trabalhador é onde está seu

5 SALGADO, Plínio. **A quarta humanidade**. *Op. cit.*, p. 90-101.

6 REALE, Miguel. *O capitalismo internacional*. Apud CHAUI, Marilena. **Manifestações Ideológicas do Autoritarismo Brasileiro**, BH, 2014

7 SALGADO, Plínio. **O que é Integralismo**. *Op. cit.*, p. 42-43.

trabalho, a pátria da classe média é a nação e por isso somente a classe média tem pátria”.

Resumindo os principais pontos do programa integralista:

- **O antiliberalismo:** não como afirmação do socialismo e sim como defesa da total intervenção do Estado na economia e na sociedade civil. Em sua face inicial, ambos se apresentam contra a ordem burguesa liberal e conseguem a adesão da maioria da classe trabalhadora, que sofria as misérias da recessão e do desemprego;
- **A colaboração de classe:** afirmação de que o capital e o trabalho não são contrários nem contraditórios, mas podem e devem colaborar em harmonia para o bem da coletividade. No lugar das classes sociais, propõem (e criam) as corporações de ofício e de categoria, de que participavam patrões e assalariados, de modo a ocultar a divisão entre o capital e o trabalho. A idéia de Estado Corporativo havia sido elaborada pela Igreja Católica e exposta na bula do papa Leão XIII, *Rerum Novarum*, escrita contra socialistas e comunistas;
- **Aliança com o capital industrial monopolista e financeiro:** isto é, com os setores do capital cuja vocação é **imperialista**, exigindo a conquista de novos territórios para a ampliação do mercado e o acúmulo do capital;
- **Nacionalismo:** a realidade social é a Nação, entendida como unidade territorial e identidade racial, linguística, de costumes e tradições. A nação é o espírito do povo, a **pátria-mãe** dos antepassados de sangue, una, única e indivisa;
- **Corporativismo:** a sociedade, como propunha o papa Leão XIII, deve ser organizada pelo Estado sob a forma de corporações do trabalho e do capital, hierarquizadas por suas funções e harmonizadas pela política econômica do Estado;
- **Partido único que organiza as massas:** em lugar de classes sociais, a nação é vista como constituída pelo povo e este é a massa organizada pelo partido único, que a exprime e representa. O partido organiza a sociedade não só em sindicatos corporativos, mas também em associações: de jovens, de mulheres, de crianças, de artistas, escritores, cientistas, de bairro, de ginástica e dança, de música, etc. A relação entre a sociedade (a nação) e o Estado é feita pela mediação do partido;
- **Ideologia de classe média ou pequeno-burguesa:** no modo de produção capitalista, há uma camada social que não é proletária-camponesa, nem é a proprietária privada dos meios de produção, não é burguesa; trata-se da classe média ou pequena-burguesia, constituída por comerciantes, profissionais liberais, intelectuais, artistas, artesãos independentes e funcionários públicos. Essa classe adere completamente aos valores e os costumes da burguesia e teme a proletarização, sendo por isso antissocialista e anticomunista. Embora admire

a burguesia, sente rancor por não possuir a riqueza e os privilégios burgueses.

O Integralismo como partido político foi derrotado pelo Estado Novo e a ditadura de Vargas. No entanto, como diversas atualizações, permaneceu na sociedade brasileira como ideologia da classe média urbana, nacionalista, patriótica, cristã-conservadora, defensora do Estado forte, da família e do anti-comunismo. De onde vem essa permanência? Penso que ela se sustenta na estrutura violenta e autoritária da sociedade brasileira.

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista e patrimonialista, a sociedade brasileira é oligárquica e por isso marcada pelo predomínio do espaço privado (da vontade pessoal arbitrária e dos interesses econômicos) sobre o espaço público (da lei e dos direitos), de tal maneira que os partidos políticos são clubes privados dos poderosos e a prática da representação jamais se concretiza. As relações sociais se realizam como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece, e as diferenças e assimetrias são naturalizadas como desigualdades que reforçam a relação de mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como cidadão. As relações entre os que julgam iguais são de “parentesco” ou “compadrio”, isto é, de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou cooptação; e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão. Cindida entre os privilégios (dos dominantes) e as carências (dos explorados), a sociedade brasileira ocupa os primeiros lugares nas avaliações mundiais da desigualdade e da miséria.

A ausência do reconhecimento dos direitos leva a conceber a cidadania como privilégio de classe, uma concessão da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhes retirada quando os dominantes assim o decidirem e por isso, no caso das classes populares, os direitos, ao invés de percebidos como conquistas dos movimentos sociais organizados, aparecem como concessão do Estado, dependendo do arbítrio do governante mantê-los ou retirá-los por meio de “reformas trabalhistas”. Os conflitos sociais são considerados sinônimo de perigo e desordem, recebendo três respostas: a repressão policial e de milícias privadas para as camadas populares, a repressão militar para movimentos políticos de contestação, e, no espaço institucional, o desprezo condescendente pelos opositores e o uso do poder judiciário para impedi-los de agir ou desacreditá-los, graças aos meios de comunicação, que não só monopolizam a informação, mas também difundem a idéia de que o consenso é a unanimidade e a discordância é ignorância, atraso ou perigo, disseminando a idéia da necessidade do Estado Forte, isto é, a ditadura do Poder Executivo sustentado pelas Forças Armadas.

As lutas pela posse da terra desencadeiam a criminalização de seus líderes, cujos assassinatos permanecem impune; os trabalhadores

do agro-negócio são conhecidos como “boias-frias” porque, iniciando a jornada de trabalho de madrugada, sua refeição (quando têm o que comer) se reduz a um punhado de arroz e ovo frios. Os acidentes de trabalho, tanto no campo quanto na cidade, são imputados à incompetência e ignorância dos trabalhadores e não às péssimas condições de trabalho. A população das grandes cidades se divide entre um “centro” e uma “periferia”, na qual estão ausentes todos os serviços básicos (luz, água, esgoto, calçamento, transporte, escola, atendimento médico), sua distância fazendo com que o tempo de locomoção da casa ao trabalho e retorno faça a jornada de trabalho durar até 15 horas; e, no caso do “centro”, está naturalizado o abismo que separa os chamados “bairros nobres” e os bolsões de pobreza (cortiços, favelas e moradores de rua).

O racismo não é percebido como tal e assegura a naturalidade das exclusões sociais e culturais bem como a desigualdade salarial, pois, os negros são considerados infantis, ignorantes, safados, indolentes, raça inferior e perigosa, e os indígenas, em fase final de extermínio, são considerados legalmente irresponsáveis (isto é, excluídos da cidadania), preguiçosos (isto é, mal-adaptáveis ao mercado de trabalho capitalista), perigosos, devendo ser exterminados ou, então, “civilizados” (isto é, entregues ao mercado de mão-de-obra sem garantias trabalhistas porque “irresponsáveis”). O machismo também não é percebido como tal seja na opressão às mulheres na vida doméstica, seja pelos estupros impunes, seja no trabalho, onde a desigualdade salarial entre homens e mulheres é considerada natural; e as mulheres que trabalham (se não forem professoras, enfermeiras, assistentes sociais ou empregadas domésticas) são consideradas *prostitutas em potencial* e as prostitutas, degeneradas cujo cortejo aumenta com a chegada da perigosa multidão de outros *perversos* sexuais – LGBTQIAP+ -, que devem ser prontamente eliminados.

Esses traços têm levado a caracterizar a atual adoção da economia e política neoliberais como retorno do fascismo. Penso que essa designação não é exata, embora o parentesco com a tradição fascista seja evidente, isto é, o autoritarismo totalitário. Penso que, apesar das ressonâncias fascistas, o neoliberalismo é a forma de um novo totalitarismo.

Totalitarismo por que em seu núcleo encontra-se o princípio fundamental da formação social totalitária, qual seja, a recusa da especificidade das diferentes instituições sociais e políticas que são consideradas homogêneas e indiferenciadas. O totalitarismo é a afirmação de uma sociedade homogênea e, portanto, a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e opiniões, costumes, gostos e valores.

Novo por que, em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, como acontecia nas formas totalitárias anteriores, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado. Nos totalitarismos anteriores, como fica evidente no projeto da Ação Integralista Brasileira, o Estado era o espelho e o modelo da sociedade, isto é, instituíam a estatização da sociedade; o totalitarismo neoliberal faz o inverso: a sociedade se torna o espelho para o Estado, definindo todas

esferas sociais e políticas não apenas como um tipo determinado de organização: *a empresa* - a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa, uma igreja é uma empresa e, evidentemente, o Estado é uma empresa. Deixando de ser considerado uma instituição pública regida pelos princípios e valores republicano-democráticos, passa a ser considerado homogêneo ao mercado. Isto explica porque a política neoliberal se define pela eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público, em proveito dos interesses privados, transformando-os em serviços definidos pela lógica do mercado, isto é, a privatização dos direitos, que aumenta todas as formas de desigualdade e exclusão. O indivíduo é definido como empresário de si mesmo, treinado para ser um investimento bem-sucedido e para interiorizar a culpa quando não vencer a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, destruindo a percepção de si como membro ou parte de uma classe social e de uma comunidade, destruindo formas de solidariedade e desencadeando práticas de extermínio.

Sendo o Estado uma empresa, os conflitos não são tratados como questão pública e sim como questão jurídica, no melhor dos casos, e como questão de polícia, no pior dos casos. Os governantes são chamados com um título próprio do mundo empresarial, isto é, são chamados de gestores. Via de regra esses gestores operam como *gângsteres* mafiosos que institucionalizam a corrupção, alimentam o clientelismo e forçam lealdades. Como o fazem? Por meio do medo. A gestão mafiosa opera por ameaça e oferece “proteção” aos ameaçados em troca de lealdades para manter todos em dependência mútua. Como os chefes mafiosos, os governantes também têm os *consiglieri*, conselheiros, isto é, supostos intelectuais que orientam ideologicamente as decisões e os discursos dos governantes, estimulando o ódio ao outro, ao diferente, aos socialmente vulneráveis (imigrantes, migrantes, refugiados, LGBTQIAP+, sofrendores mentais, moradores de rua, negros, pobres, mulheres, idosos) e esse estímulo ideológico torna-se justificativa para práticas de extermínio; transformam todos os adversários políticos em corruptos, embora a corrupção mafiosa seja, praticamente, a única regra de governo; e buscam ter controle total sobre o poder judiciário por meio de dossiês sobre problemas pessoais, familiares e profissionais de magistrados aos quais oferecem “proteção” em troca de lealdade completa.

Ideologicamente, o neoliberalismo à brasileira recupera a afirmação do Integralismo de que os inimigos são os liberais, os socialdemocratas e os marxistas e, também à maneira do Integralismo, os gestores perseguem todas as formas e expressões do pensamento crítico e inventam a divisão da sociedade entre o bom povo, que os apóia, e os diabólicos, que os contestam, pretendendo fazer uma purificação ideológica, social e política e para isso desenvolvem uma teoria da conspiração comunista, que seria liderada por intelectuais e artistas de esquerda. Os conselheiros oferecem aos gestores argumentos racistas, homofóbicos, machistas, religiosos, etc., transformando medos, ressentimentos

e ódios sociais silenciosos em discurso do poder e justificativa para práticas de censura e de extermínio. Esse discurso violento e autoritário suscita o reaparecimento de um imaginário religioso conservador e de extrema-direita, a chamada teologia da prosperidade, desenvolvida pelo neopentecostalismo. Essa teologia possui três pilares: 1. A ideia do indivíduo como empresário de si mesmo, destinado à luta mortal de competição no mercado de trabalho; 2. A ideia de Estado Forte encarnado na autoridade decisionista do governante; 3. A ideia de que o governante governa pela graça de Deus [Edir Macedo e unção/consagração de Bolsonaro no dia de Reis].

Referências

CHAUI, Marilena. **Manifestações Ideológicas do Autoritarismo Brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

REALE, Miguel. *Perspectivas Integralistas*. In: _____. **Obras políticas: 1ª fase – 1931-1937. Tomo III**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983

SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934

SALGADO, Plínio. **O Integralismo Perante a Nação**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1955

SALGADO, Plínio. **O Que é o Integralismo**. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933